

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal**

9912288584/2011-DR/PR

FAEP

CORREIOS

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII nº 1237 - 14/10/2013 a 20/10/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares



PORTOS

ESTADOS NÃO EMBARCAM NAS PROPOSTAS DE BRASÍLIA

GUERRA

O conflito Franco-brasileiro pelas lagostas

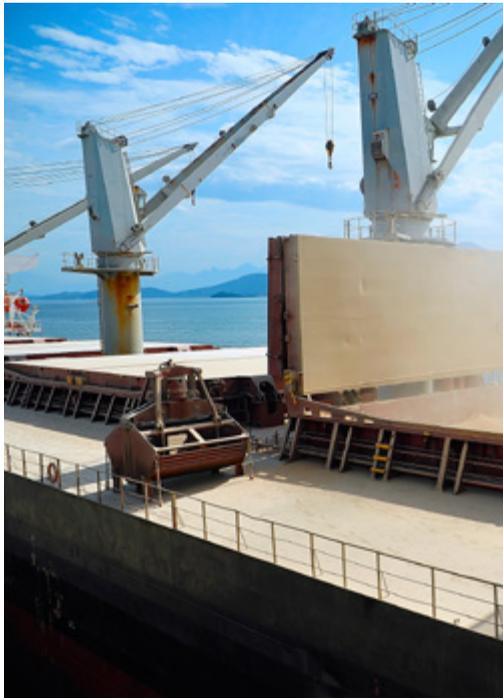
ORGÂNICOS

Os superorgânicos de Uraí

NOVIDADE

A mortadela light

Aos Leitores



Numa linguagem amena o governo federal não está sendo feliz nos processos de concessão e de arrendamento das instalações dos portos brasileiros. A exemplo do que ocorre em Paranaguá, tema da última e desta edição, portos da Bahia, do Pará e São Paulo não aceitaram as propostas apresentadas nessa área coordenada pela ministra paranaense Gleisi Hoffmann. Até mesmo aliados políticos, como o governador baiano Jacques Wagner, do PT, foram ao Planalto questionar os planos anunciados para os portos de Salvador e Camaçari.

Na quarta feira (09), a bancada federal paranaense e dois senadores (Álvaro Dias e Sergio de Souza) ouviram e apoiaram a exposição do superintendente do porto de Paranaguá, Luiz Henrique Dividino, em Brasília. No dia seguinte estiveram com Gleisi Hoffmann. No final da reunião com os representantes não poupou a FAEP, ali representada pelo engenheiro e especialista em infraestrutura e logística Nilson Hanke Camargo. Para ela a FAEP, com o Boletim da semana passada (1236) politizou a questão do porto. Não, a FAEP defendeu os produtores rurais e os interesses do Paraná.

Índice

Porto de Paranguá	03
Opinião	10
A Transformação do Dinheiro	12
A Guerra da Lagosta	14
Superorgânicos de Uraí	16
Mortadela Light	20
Retrato da Fumicultura	22
Greening / Vaqueiro	23
Seguro Rural	24
Uva	25
Absurdo dos Celulares	26
Notas	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Fotos: Divulgação, Fernando Santos, Milton Dória, Arquivo FAEP, ABR e Paulo H. Carvalho (Casa Civil)

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos, André Amorim e Tatiano Mavito | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

FAEP defende o Porto e irrita a ministra Gleisi Hoffmann



Na última edição deste Boletim (1236) a matéria principal tratou da proposta da Secretaria Especial dos Portos (SEP) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) sobre o arrendamento e concessões no Porto de Paranaguá. O texto lembrou a existência de uma outra proposta entregue anteriormente aos dois órgãos federais, baseados no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado de Paranaguá. Mas solenemente ignorado por Brasília.

Numa reunião da SEP e ANTAQ com os usuários do Porto, em 27 de setembro, onde a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil e responsável pelas questões portuárias, não esteve presente, foi determinado que o prazo para eventuais sugestões sobre a proposta do Governo Federal seria dia 25 de outubro.

A discussão ganhou as páginas dos jornais e no último dia 08, "O Estado de São Paulo" publicou: "Paraná ameaça ir à Justiça contra proposta do governo para Paranaguá". Dois porta-vozes opinaram no relato do jornalista Mauro Zannata, autor do texto:

"Estamos dispostos a questionar na Justiça, sim. Vamos

até à última instância. Se for para prejudicar as cooperativas, vamos questionar. Não podemos correr nenhum risco".

(Secretário estadual de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, irmão do governador Beto Richa - PSDB).

"Lamento muito que seja essa a posição. Sequer conversamos sobre as mudanças e temos ameaça? Seria importante não politizarmos essa questão". (Gleisi Hoffmann, chefe da Casa Civil.)

Do ponto de vista prático, a decisão que ocorrerá é política até porque há dois projetos em discussão, e embora a ministra tenha declarado ao jornalão paulista que a EBP (empresa contratada sem licitação para formatar a proposta federal) tenha "avaliado detidamente os estudos de Paranaguá" não há notícia que algum especialista da empresa tenha visitado o terminal paranaense. Ou mesmo feito alguma indagação ou exposição sobre um paralelo entre o que Brasília pensava e o estudo da Administração do Porto executara.

De qualquer forma, com as reações ocorridas no Estado, a ministra se disse aberta e disposta "a dialogar para construir os melhores estudos".

Diante disso, no dia 8, representantes dos usuários e setores interessados nas atividades portuárias desembarcaram em Brasília para uma reunião com a bancada federal do Paraná, onde também participaram dois dos três senadores paranaenses (Álvaro Dias e Sergio Souza).

No encontro, o superintendente do Porto de Paranaguá, Luiz Henrique Dividino, além de entregar 45 páginas com adendos à proposta inicial paranaense, fez uma clara e detalhada exposição.

“O Porto de Paranaguá cresceu 300% nos últimos 20 anos, a mesma taxa dos tigres asiáticos. Mas estamos atendendo mal nossos clientes, com muitas dificuldades de escoamento. Pelo nosso corredor de exportação passam 6 milhões de toneladas por ano. O assunto é gravíssimo. Precisamos dar um choque de capacidade. Nosso porto tem que ter condições de escoar”, disse Dividino. E acrescentou: “O Paraná é um estado maduro para tratar desde tema. Fomos o primeiro a apresentar o plano de arrendamentos, temos plenas condições de buscar aperfeiçoar o que foi apresentado. Nosso trabalho agora será convencer os técnicos que elaboraram esta proposta sobre a importância do Paraná no contexto portuário nacional”.

Os argumentos foram convincentes do que se denominou “Proposta da Sociedade Econômica Paranaense”, inclusive para re-presentantes do PT, como os deputados Zeca Dirceu e Ângelo Vanhoni, que se pronunciaram favoravelmente.

A ministra se convenceu?

No dia 10, representantes de todos os setores econômicos do Paraná foram ao Palácio do Planalto para uma reunião com a

ministra Gleisi Hoffmann. Pela FAEP estava o engenheiro agrônomo e economista Nilson Hanke Camargo, especialista em questões de infraestrutura e logística, e que também representa a Federação da Agricultura na administração do sistema portuário paranaense. Camargo foi alvo, ao final da reunião, de severas críticas da ministra

Pelo governo assessoravam Gleisi representantes da Advocacia Geral da União (AGU), da Secretaria Especial dos Portos (SEP), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e da Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), esta responsável pelo projeto federal para Paranaguá.

Das 11h às 12h45 foram feitas explicações. Na abertura pelo presidente da Ocepar, João Paulo Koslowski, em seguida falaram Darci Pianna, da Fecomércio, Edson Campagnolo pela FIEP, e Rogério Mainardes pelo Fórum 10 (grupo que reúne os setores econômicos do Estado). E Aroldo Galacini, que mostrou seu inconformismo com o destino do terminal da Coamo, caso o projeto federal seja levado adiante.

Coube, porém, ao superintendente do porto paranaense, Luiz Henrique Dividino, didaticamente, numa exposição visual, detalhar que os interesses do Paraná serão atendidos com o que foi apresentado – e até agora rejeitado – projeto, baseado no Plano de Desenvolvimento do Porto.

O resumo das quase duas horas de reunião foi a decisão de se criar um grupo reduzido com representantes dos setores econômicos para posicionar o que a sociedade paranaense deseja sobre as concessões e arrendamentos do Porto de Paranaguá. O debate, porém ganhou uma nova participante com a manifestação da OAB/PR. A sociedade começa a se manifestar contra o pacote pronto.





Gleisi: “ a FAEP foi inconveniente”

A ministra Gleisi Hoffmann elegeu a FAEP como alvo. No final da reunião em Brasília (dia 10), diante de todos os presentes, foi indelicada com o engenheiro Nilson Camargo, técnico da entidade e seu representante naquele encontro.

- O último Boletim da FAEP politizou esse tema, foi indelicado e inconveniente, disse a ministra, olhando para Camargo. E prosseguiu, irritada, criticando a postura da FAEP nessa questão de Paranaguá, quando apenas defende os interesses dos produtores rurais que dependem de uma infraestrutura e logística decentes no Estado.

Ninguém desconhece que, da mesma forma como o terminal paranaense, a questão ferroviária se arrasta em passos de jabuti, setor onde vicejou a “brilhante” ideia do governo federal de levar os trilhos que partiriam do Mato Grosso do Sul a Santa Catarina para depois retornarem ao Paraná. Foi a chamada “Transbaiaçu”.

Talvez indelicada e inconveniente tenha sido a atitude de Brasília, onde a ministra conduz as questões de infraestrutura, tenha sido o fato de não ouvir antes o que a sociedade paranaense deseja para seu porto, ao invés de tentar colocá-la goela abaixo. Brasília tem apontado a “ausência de projetos” como o motivo de o

Paraná não receber dividendos do governo federal, o que o governo do estado desmente. De qualquer forma, na questão de Paranaguá, há um projeto – e bem elaborado – mas talvez outros empecilhos tentem não aproveitá-lo. Seria, no caso, uma atitude política, desconhecendo-se a viabilidade técnica.

OAB-PR: “Latente ilegalidade”

Não só o setor econômico do Estado, mas a sociedade paranaense começa a se posicionar contra o autoritarismo de Brasília.

Na última terça-feira (08), a OAB-PR encaminhou ofício (nº 388/13-OAC/CDIFEC) à ANTAQ, à Secretaria Especial dos Portos (SEP) e à Controladoria Geral da União (CGU), demonstrando preocupação com a “latente ilegalidade” do procedimento de consulta pública que “não parece atender à finalidade constitucional de ampliação da satisfação do interesse público”. A entidade pede atenção especial à “fidedignidade das informações relativas ao processo, mormente em relação às datas de Consulta e Audiência Pública, para ampliação da participação popular”.

A OAB diz ainda que “limitar as contribuições, subsídios e sugestões exclusivamente às minutas jurídicas dos editais e contratos de arrendamento implica subtrair a plena participação dos interessados”. A ordem diz que “não parece razoável” a proposta no site da Antaq “de limitação das manifestações dos interessados em apenas mil caracteres e apenas em formulário eletrônico”.

Enquanto isso na Bahia, Pará, São Paulo...

Os planos do Palácio do Planalto para mudar a cara dos portos brasileiros enfrentam forte questionamento e insatisfação de empresários e governos estaduais. Descontente com os planos federais para os Portos de Salvador e Aratu, Wagner procurou ontem a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para expressar contrariedade com as propostas e pedir mudanças no desenho dos dois portos, incluídos na segunda rodada de consultas públicas pela SEP.

O desacordo do governador baiano soma-se à ofensiva anunciada pelo governo do Paraná, que ameaça questionar 11ª Justiça a licitação do Porto de Paranaguá sob alegações de falta de diálogo com o Planalto, restrição da concorrência e subutilização das áreas.

Nos bastidores, os planos também têm sido entendidos como uma interferência direta na esfera de influência de políticos aliados às vésperas das eleições de 2014.

Salvador, Camaçari, Aratu

Na Bahia, há reclamações de limitação ao crescimento do porto da capital e alerta para o reajuste de 30% nos preços da operação. Wagner quer a alteração nos estudos feitos pela Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP). Em Salvador, está previsto um novo terminal, mas com capacidade idêntica à atual, de apenas 500 mil TEUs. Wagner disse à ministra que construir dois terminais não resolve a situação. A solução é ampliar o atual “Fica melhor e mais barato.”

Também pode haver prejuízos ao polo petroquímico de Camaçari, cujo peso na economia da Bahia supera 30%. A proposta cancelaria o arrendamento de duas áreas de 44 mil m² operadas pela Braskem. Uma delas tem contrato vencido, mas a outra estaria vigente. A proposta federal cancela ambas e as coloca para renovação.

No Porto de Aratu, a proposta do Planalto também sub-

mete à relicitação um terminal de concentrado de cobre da Paranaparna, obrigando à renovação de uma das duas áreas hoje utilizadas. O preço da operação deve subir, avalia o governo baiano.

Em nota, a Casa Civil informou que o governo “está aberto e disposto a dialogar para construir os melhores estudos possíveis para as licitações, assim como fez diversos aperfeiçoamentos durante a fase de consulta nos portos de Santos e do Pará”.

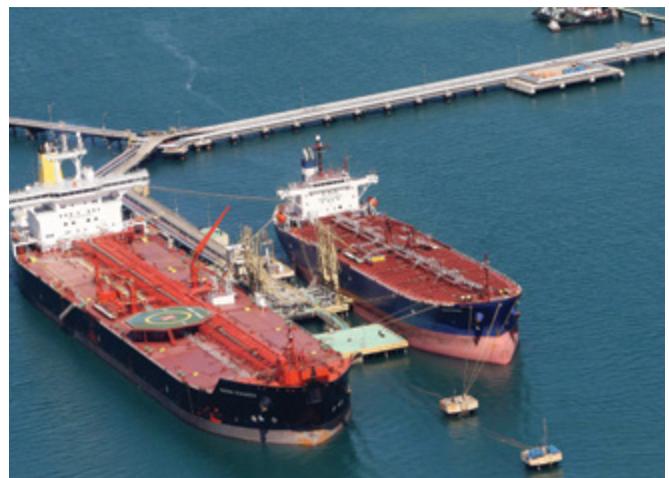
Santos, Outeiro, Santarém

Em Santos, houve questionamentos da comunidade portuária contra os preços de aluguel e a prorrogação e unificação de áreas públicas. Nesta semana, a ministra Gleisi anunciou uma redução de dois dígitos nesses aluguéis e acenou com a ampliação dos prazos de concessão.

No Pará, um levante de produtores rurais também obrigou o governo a rever seus planos. Em Outeiro, onde deveria haver três terminais, a proposta inicial previa apenas um, deixando na mão de apenas um operador. Em Santarém, os planos oficiais descartavam a construção de um terminal de fertilizantes.

São Sebastião

Especialistas do setor portuário receberam com surpresa o edital para licitação de uma área no Porto de São Sebastião (SP) no segundo bloco de arrendamentos divulgado nesta semana pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Eles afirmam que o projeto colocado pelo governo sob consulta pública ignora o Plano Integrado Porto-Cidade (PIPC), que aguarda o posicionamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O licenciamento ambiental dará início a um grande projeto de ampliação com foco em carga geral da Katálysis Consultoria e Empreendimentos.



O problema dos portos

Editorial de “O Estado de S. Paulo”

10/10/2013

Também as licitações de áreas portuárias anunciadas; pelo governo como; parte do plano de modernização e: ampliação do sistema portuário correm o risco de fracasso. É mais um problema que, por não ter conseguido definir um modelo de privatização adequado, o governo enfrenta para fazer avançar seu programa de transferência para o setor privado da responsabilidade pela expansão, melhoria e operação de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos.

São tantas as divergências entre a proposta do governo para o arrendamento de áreas dos portos que fazem parte do segundo bloco de licitação - entre eles os de Paranaguá, o segundo mais importante do País, e o de São Sebastião - e as expectativas dos envolvidos na questão, como os administradores, os investidores e os usuários, que a consulta pública sobre a questão aberta na semana passada poderá ser encerrada sem que se tenha conseguido estabelecer um modelo aceitável.

O tempo para os acertos é curto, pois a consulta pública ficará aberta só até o dia 25. Até lá, haverá apenas uma audiência pública para discutir as propostas de arrendamento de áreas nos quatro portos que fazem parte do segundo bloco de licitação (os outros são os de Salvador e Aratu, na Bahia). Como só depois de encerrado o prazo para a consulta a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) concluirá a modelagem a ser submetida ao Tribunal de Contas da União (TCU), é pouco provável que a licitação ocorra ainda em 2013. Se as divergências não forem superadas, o atraso será ainda maior.

Tanto no caso de Paranaguá como no de São Sebastião critica-se o fato de os modelos elaborados pelo governo ignorarem completamente o que havia sido discutido pelos interessados e apresentado previamente às autoridades federais.

Para o Porto de Paranaguá, por exemplo, a autarquia

estadual responsável por sua administração, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), elaborou um projeto de concessão baseado no Plano de Desenvolvimento dos Portos Organizados do Estado, uma espécie de plano diretor que aponta as tendências de crescimento do porto nos próximos 20 anos. Mas nada do que os administradores paranaenses e os usuários do porto apresentaram ao governo federal foi aproveitado.

O plano do governo prevê a transformação de 17 áreas em 10 terminais que serão arrendados para a iniciativa privada, em troca de investimentos na infraestrutura, o que inclui a construção de berços de atracação de navios. Estão previstos investimentos de R\$ 2,6 bilhões até 2019.

O governo paranaense afirma que o modelo elaborado pela Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP) - que vem preparando também outros projetos federais na área de concessão de infraestrutura - não levou em conta características técnicas, comerciais e operacionais do Porto de Paranaguá.

Um dos pontos mais criticados é a proposta de licitação unificada de três áreas independentes já ocupadas. “Vão substituir três operadores por um só. Isso pode inflacionar os preços”, disse ao Estado o secretário executivo do Conselho de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), João Arthur Mohr. Já a Federação da Agricultura (Faep) disse, por meio de seu porta-voz, Carlos Albuquerque, que as autoridades federais “jogaram fora” a proposta elaborada pelos paranaenses, o que pode resultar no aumento exponencial das tarifas.

É grande o risco de a questão, que é técnica, ser transferida para o campo jurídico ou transformada em caso político. “Estamos dispostos a questionar na Justiça”, disse ao Estado o secretário de Infraestrutura e Logística do Paraná, José Richa Filho. “Vamos até a última instância.” O coordenador da bancada paranaense na Câmara, deputado Marcelo Almeida (PMDB), reconhece que o melhor é resolver o problema na esfera técnica. Mas adianta: “Se não der acordo, vamos para o embate”.

No caso de São Sebastião, a surpresa da proposta do governo foi causada pelo fato de que ela ignora inteiramente as diretrizes do Plano Integrado Porto-Cidade, que já foi aprovado pelos interessados e aguarda apenas a análise do Ibama.

O ESTADO DE S. PAULO

Porto: “o governo corre atrás, nunca na frente”

Especialista em terminais marítimos, Geert Prange, analisa a proposta do Governo Federal para o Porto de Paranaguá



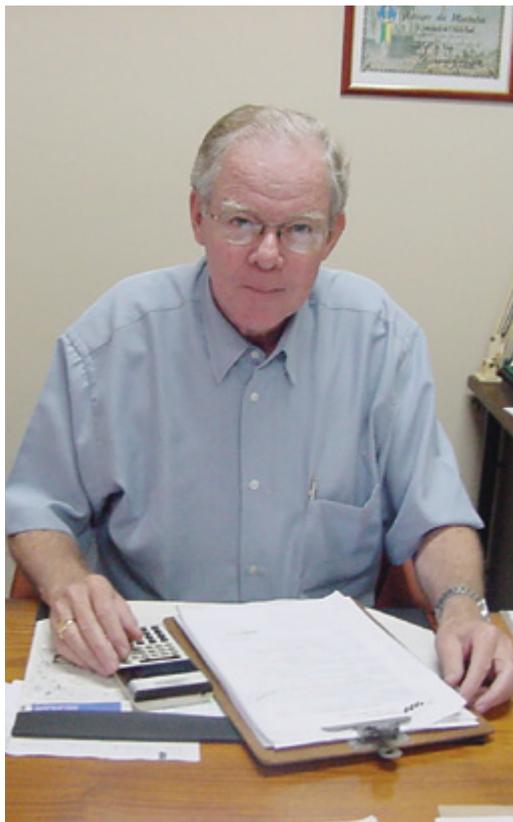
A Secretaria Especial dos Portos (SEP), do governo federal, ignorou os projetos já prontos para expansão do Porto de Paranaguá e decidiu recomeçar tudo do zero, contratando uma empresa de Brasília para colocar as ideias na prancheta. O setor produtivo do Estado alerta que o projeto do Governo Federal, além de ignorar estudos realizados pela Administração do Porto e apresentado à SEP e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), vai concentrar em poucas mãos a operação portuária, havendo inclusive a possibilidade de se expulsar as cooperativas do terminal. O Boletim Informativo foi ouvir um especialista em portos, um holandês que há 45 anos veio para o Brasil junto com uma

draga importada e não foi mais embora, o engenheiro naval e consultor Geert Prange. Ele conversou com o jornalista Hélio Teixeira e com o engenheiro agrônomo especialista em logística, da FAEP, Nilson Hanke Camargo.

BI - Qual é a avaliação do senhor sobre a decisão da SEP sobre a “modernização” do Porto de Paranaguá?

Geert – Desde 1967 quando cheguei da Holanda acompanho todas as construções no corredor do Porto. Os quatro shiploaders são de 1975 e venho sugerindo gestão após gestão a substituição desses equipamentos por algo mais moderno. A troca certamente seria mais barata e eficiente a pensar em

acréscimos portuários em formato de T ou F no meio da baía de Paranaguá. Para minha felicidade a licitação para a troca finalmente saiu. Porém, em paralelo, veio essa história de novos arrendamentos das áreas dos terminais, hoje área é explorada por cinco empresas União Vopak, Coamo, Cargill, Centro- Sul e Bunge, cujos contratos venceram em 2012, e terão que fazer uma nova licitação. Ocorre que ao licitar agora esses terminais que têm suas concessões já caducadas, o governo não vai investir nesses terminais. Quem vai fazer isso é o novo ocupante ou o mesmo que vai pagar mais de R\$ 1 bilhão ao Governo Federal para ter direito ao uso desses terminais. Esse dinheiro, por sua vez, vai



ser reaplicado em melhorias portuárias, ou seja, em última instância o governo não vai investir quase nada usando o dinheiro de particulares, que estão pagando para renovar a concessão dos terminais já existentes.

BI - Nessa medida tomada pela SEP parece que vai ter impacto no próprio usuário, no caso específico do produtor rural, por exemplo, porque as tarifas devem subir muito. Como funciona isso?

Geert - No caso do exportador ou importador paga-se um monte de tarifas. Há taxas no farol, atracação, rebocador e também na dragagem. Esse dinheiro já é recolhido aos cofres da União para custear programa de dragagem. Ou seja, esse recurso deveria estar presente nos cofres da administração dos portos ou da SEP para custear a dragagem das vias de acesso. Então, não deveria haver novidade ou espanto ao efetuar uma licitação de dragagem já que o governo optou em não ter uma draga própria e empreitar a terceiros

que visam o lucro, obviamente. Então sempre sai mais caro. O agricultor não deveria sofrer as consequências desse tipo de movimentação. Eu sempre tenho defendido que os portos, essencialmente, são os seus canais, atracação e suas vias de acesso. Se a administração portuária - seja federal, estadual, municipal - tiver um trabalho básico de um porto, cais, equipamentos e vias de acesso, o resto deixa por conta do particular que faz melhor e mais barato. Só que é sempre aos trancos e barrancos que acontecem as coisas, quando as condições já passaram do limite do aceitável. Ou seja, tem que vir a Marinha e diminuir o calado dos navios que saem do Porto de Paranaguá para que alguém se mexa na esfera

federal para provocar primeiro a sondagem, depois o licenciamento ambiental, que é outro problema e depois a licitação para a dragagem. Sempre ocorre atraso nas necessidades portuárias ou comerciais do Estado do Paraná. O governo sempre está correndo atrás e nunca na frente.

BI - Pela proposta da SEP, por exemplo, o berço 212 vai ter a junção de duas ou mais empresas, o berço 213 vai ficar com uma ou mais empresas e o 214, monopolizadas por essas empresas. O que a Appa está propondo é não mexer nesses arrendamentos, deixá-los como estão e fazer o investimento naquelas áreas que estão disponíveis próximas do silão, por exemplo. Os investimentos privados construiriam uma nova obra e um novo terminal e conjugada no edital de licitação a construção obrigatória do T na frente desses berços. O que senhor acha disso?

Geert - Eu volto a repetir que isso são encrências alfabéticas que o porto deseja

construir. Na verdade você está criando ou criaria uma nova possibilidade da atracação de quatro navios, quando não existe a retaguarda disponível para criar o armazenamento de grãos e farelos compatível com esses quatro berços. É um engano, uma tentativa de mostrar ao povo "nós vamos fazer as coisas". Para que criar quatro berços para graneleiros para carregar até 100 mil toneladas em cada viagem, quando não existe área de retaguarda para colocar silos ou armazéns horizontais que possam estocar pelo menos 500 mil toneladas de grão ou farelo que justifique isso?

BI - Como fica a questão da armazenagem?

Geert - Nós não vemos a necessidade do porto se tornar um centro de armazenamento. Pelo contrário. O que o porto precisa ter é um mínimo suficiente de armazenagem como um silo pulmão para receber e embarcar.

BI - Na nossa visão, o grande problema do porto é a produtividade. Se tivéssemos um porto ágil certamente seria diferente.

Geert - Eu concordo. Eu sempre defendo o seguinte raciocínio: ao substituir esses quatro shiploaders por equipamentos que façam 2.500 toneladas por hora, na verdade estou multiplicando por dois ou três a capacidade de embarque do corredor de exportação. Ou seja, os três berços que hoje atendem a exportação do agrobusiness em Paranaguá passariam a valer como seis ou oito. Então, não vejo necessidade de construir esse píer em formato de T na baía de Paranaguá, obstruindo metade do canal navegável e provocando assoreamento. Uma simples substituição dos quatro shiploaders duplicariam a capacidade de movimentação dos corredores de exportações. É um raciocínio matemático simples. Eu não vejo necessidade de complicarmos a instalação portuária com esse T que é um obstáculo à navegação e ao escoamento.

Conjuntura e Mau humor

Por * José Roberto Mendonça de Barros



Várias autoridades têm dito que as expectativas econômicas estão piores do que o magro desempenho do PIB poderia justificar. Afinal, o Brasil cresce pouco, mas não estamos em recessão. Entretanto, é verdade, e já coloquei em outra ocasião, que poucas vezes se viu uma piora tão drástica nas expectativas dos empresários.

Quero argumentar neste artigo que estão ocorrendo alguns eventos que podem, facilmente, explicar esta aparente discrepância entre percepção e o número frio do PIB.

Vejamos cinco deles:

1) Há uma óbvia frustração com a retomada do crescimento que foi prometido e não ocorreu. Em 2011, o PIB expandiu-se 2,7%, o que foi considerado razoável para um ano que era de ressaca, após o enorme expansionismo do ano eleitoral de 2010. Esperava-se, portanto, um desempenho superior a este no exercício seguinte. Foi uma surpresa, quando se contabilizou um píffio avanço de 0,9%

em 2012. As autoridades argumentaram que o exercício havia sido prejudicado por eventos externos, especialmente uma forte seca nos EUA, mas que haveria uma recuperação expressiva entre o fim daquele ano e o início de 2013. Os números do PIB do primeiro trimestre deste ano resultaram numa nova frustração (0,6%), mesmo tendo-se em conta o espetacular desempenho da agropecuária (9,4%). Lembro que temos aqui mais do que uma frustração: muita gente elevou os estoques esperando vender mais, o que gera custos para as companhias. Tanto a Fundação Getúlio Vargas como a Confederação Nacional da Indústria mostram que, ao longo desse ano, os estoques não planejados cresceram. Se o Brasil crescer 2,3% como projetamos para esse ano, a expansão média de 2011/13 será de apenas 2%.

2) A elevação não planejada de estoques compõe um quadro mais geral de apreciável piora na situação financeira das empresas. As causas desta situação aparecem nos balanços, no número de empresas que recorrem à recuperação judicial e nas chamadas

“recuperações brancas”, nas quais uma silenciosa e dolorida negociação ocorre entre credores e devedores.

Várias causas explicam a piora na saúde financeira das empresas, além daquela acima mencionada. A desvalorização do real encarece as importações de partes, peças e bens finais, além de apertar o caixa de todas as companhias que tem passivo financeiro externo. No Brasil o número de companhias atingidas e que não exportam - não tendo, pois, qualquer hedge - é enorme.

A má regulação tem gerado pesados prejuízos a setores importantes. Chamo especialmente a atenção para os setores de energia elétrica e de combustíveis. No primeiro caso, a imposição abrupta da antecipação de renovação de concessões, ocorrida entre o final do ano passado e o começo deste ano, produziu um gigantesco prejuízo e outras perdas patrimoniais em muitas empresas, a começar do Grupo Eletrobrás, tendo-se estendido à distribuidoras e geradoras privadas. Estas perdas não envolvem apenas as companhias e seus acionistas, mas acabam atingindo financiadores e fornecedores de todos os tipos. No setor de combustíveis é bem conhecida a piora financeira de muitos produtores de etanol e, especialmente, na Petrobras. Este gigante passou a ser muito duro no pagamento de seus fornecedores, glosando e atrasando a liberação de recursos, o que vem provocando uma aguda pressão financeira em boa parte dos participantes da sua cadeia de suprimentos.

Existem também dificuldades em muitas grandes empresas, onde se destaca, naturalmente, o caso do Grupo X. Um pouco por todos estes fatores, as empresas médias e pequenas vêm sofrendo um aperto financeiro que me deixa bastante preocupado.

3) Em outros setores a regulação cada vez mais complexa acaba por implicar, em inúmeros casos, em elevação de custos para as empresas. Menciono aqui, especialmente, a área trabalhista, o setor farmacêutico e o de defensivos, regulados pela ANVISA (este órgão é aquele que, há pouco tempo atrás, decidiu que uma aspirina não poderia ficar exposta no balcão da farmácia!).

4) A transformação da multa do FGTS, que deixou de ter razão de existir no ano passado, em um novo imposto, com a manutenção do veto da Presidente, apesar do enorme esforço contrário do setor privado. Este fato é também, uma indicação de que o governo jamais aceita o estrito cumprimento de uma regulamentação (a multa deixou de ter razão de existir, desde o ano passado) desde que não seja do seu interesse.

5) Elevação do contencioso com a Receita Federal: nos últimos meses o órgão arrecadatário passou a aplicar severas multas em grandes empresas, tendo como base discutíveis interpretações legais. O objetivo da SRF é tributar todos os tipos de ágio, no caso de incorporação de empresas, mesmo quando está absolutamente

claro que na maioria das operações seguiu-se rigorosamente o aparato legal, que permitia tais operações. Em outros casos, programas de incentivo e retenção via “Stock Options” são tratados como se fossem rendimentos de salários, o que em geral, não é o caso.

O ápice destes problemas apareceu em setembro, quando foi publicada a instrução normativa nº 1397/2013 da Receita Federal que, entre outras coisas, obriga as companhias grandes, tributadas pelo lucro real, a elaborar uma dupla contabilidade! Sim, os senhores leram corretamente: estas companhias, independentes do seu custo, terão que elaborar uma Escrituração Contábil Fiscal ao lado do sistema normal. Entretanto, o disparate não termina aí: pelo que está escrito na IN, sob certas condições, as companhias terão que pagar o imposto sobre o passado recente! É evidente que a Receita recebeu ordens de extrair, de qualquer forma, recursos que compensem, ainda que parcialmente, o volume de reduções tributárias concedidas no último ano, o qual as autoridades estimam ser superior a R\$ 50 bilhões.

É possível adicionar outros exemplos, como a introdução da obrigação de certos geradores de energia elétrica de pagar pelo subsídio concedido a consumidores e que gerou um contencioso legal não desprezível. Entretanto, as considerações anteriores, sem dúvida, explicam uma boa parte da violenta piora das expectativas empresariais nos meses recentes.



***Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (1973), Pós-Doutorado no Economic Growth Center, Yale University, USA (1973/1974) e sócio da MB Associados.**

Publicado no jornal O Estado de São Paulo em 29 de Setembro de 2013

De grana à proteção de grama

O que é feito com o dinheiro que sai de circulação

Por Katia Santos



1 tonelada e meia de notas estragadas são destruídas semanalmente pelo Banco Central da regional de Curitiba

Apesar de ser algo tão cobiçado por todos, os brasileiros não tratam bem o seu dinheiro: rasgam, queimam, escrevem bobagens, palavrões, recados e até poesias. De qualquer forma, desrespeitam nossa moeda, também um símbolo de identidade nacional. A única saída do Banco Central é retirá-las de circulação. Toda semana são destruídas pela Regional do Banco Central (BC) de Curitiba 1,5 tonelada de notas de real (100, 50, 20, 10, 5 e 2) que circulam nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

O BC tem uma parceria inédita desde setembro de 2011 com a empresa Conspizza, situada na capital, para transformar esse 'resíduo' em produtos direcionados à recuperação ambiental. Além do dinheiro 'triturado', a empresa recebe por semana 100 toneladas de bitucas de cigarro da indústria do tabaco e outras toneladas de materiais como: acetato de celulose; resíduos de indústrias de fraldas descartáveis e absorventes higiênicos, restos de madeira (paletes); toalhas de papel de banheiro usadas e fibra de coco verde. Juntos em várias proporções com fertilizantes e sementes, esses

materiais são transformados em produtos diferenciados.

As misturas são variadas e geram pelo menos 10 subprodutos diferentes: Aceta mulch; Fibro mulch; Terra mulch; Fibromanta projetada; Fibroretentor; Canaleta ecológica; Hidro mulch, Kraft mulch e Nutri mulch e Agrosorb.

"O dinheiro velho é um dos itens que tem menor composição dos produtos, a proporção é de mais ou menos 15%, mas pela sua consistência tem um papel importante em produtos que fabricamos como – Kraftmulch; Aceta mulch e Fibro mulch", explica Angelo Pizzato empresário e economista de formação. Além disso, ao contrário do que ocorre nas outras regiões do país, as moedas deterioradas não tomam o caminho de aterros sanitários.

Revestimento vegetal

Há 42 anos no mercado a Conspizza se especializou na recuperação de áreas laterais de estradas, ferrovias, aeroportos e



hidrelétricas. A empresa desenvolveu processos de revestimento vegetal, que formam camadas protetoras de sementes numa espécie de escudo contra a chuva, ventos e outros agentes causadores de erosão.

Como atende clientes em todo o Brasil, as sementes utilizadas na composição dos produtos são escolhidas de acordo com cada região. Desde a sua fundação, a empresa já recuperou 400 milhões de metros quadrados de áreas degradadas. Entre os clientes da Conspizza estão Camargo Correa, Odebrecht, Petrobras, Infraero, Concessionárias de rodovias, etc.

A ideia de usar papel moeda na composição dos produtos surgiu enquanto o empresário assistia, em 2006, uma reportagem na TV sobre o acidente do avião da Gol, que se chocou no ar com um jato Legacy e caiu no norte do Mato Grosso. Ele percebeu uma nota de R\$ 50,00 grudada na carenagem do Boeing que, ao contrário de papéis comuns, tem grande capacidade de resistência à água ou umidade. “O papel moeda tem a capacidade de absorver água aos poucos. Essa característica é fundamental para a recuperação de encostas, principalmente em áreas onde as chuvas são constantes. Nas encostas as mantas protetoras feitas com ele e outros produtos se decompõem, em um prazo de 180 dias, prazo de germinação e enraizamento das sementes”, explica Pizzato.

Na recuperação de margens de um curso de água ou desassoreamento de um rio ou riacho é usado o fibroretentor uma espécie de ‘charuto’, que retém a areia e a terra, o que evita a erosão e deixa a água passar. “Criamos uma estrutura para água passar sem destruir”, diz.

240 mil toneladas

A regional do BC em Curitiba é a única das nove filiais da instituição que consegue dar um destino sustentável ao dinheiro velho. “Por ano somos obrigados a destruir cerca de 240 mil toneladas de notas de real. O processo de trituração é feito com exclusividade pelo BC”, explica o gerente técnico de Meio Circulante do PR/SC do Banco Central, Aran Rutz Junior. Esse é o volume de dinheiro inservível no Paraná e Santa Catarina.

Em outras regionais do BC o dinheiro recolhido vai para aterros sanitários. O gasto anual para repor notas danificadas é de cerca de R\$ 407 milhões. Isso representa 80% do custo para a emissão de notas. Outros dois projetos de aproveitamento do dinheiro velho de forma sustentável estão sendo avaliados - um em Belém e outro em Brasília em parceria com as universidades federais.



Angelo Pizzato em 42 anos de trabalho recuperou 400 milhões de m²

2 bilhões em cédulas

Até 1969, o papel-moeda circulante no Brasil era todo fabricado no exterior, apesar das tentativas malogradas de fazê-lo aqui.

Apenas em 1969, começaram a circular as primeiras cédulas fabricadas no país. A Casa da Moeda, que teve suas instalações modernizadas, lançou cinco valores de cédulas diferentes em um mesmo dia, dentro do estabelecido pela Reforma do Padrão Monetário Brasileiro, de 1967.

Além de moedas de metal, ela faz cédulas de real em papel e também medalhas. A Casa da Moeda do Brasil produz anualmente uma média de 2 bilhões de cédulas, 1,2 bilhão de moedas e medalhas e 60 toneladas de ouro em barra de 12,5 quilos.

A GUERRA DA LAGOSTA

Um conflito para saber se a lagosta nadava, andava ou pulava



Na quarta-feira de cinzas do carnaval de 1963, há 50 anos, o Brasil ficou em pé de guerra contra a França. Começava o que ficou mais conhecida como a “Guerra da Lagosta”, provocada pela presença de barcos pesqueiros franceses no litoral nordestino buscando lagostas.

Como o saboroso crustáceo estava raro na costa africana nas colônias francesas, os barcos cruzaram o Atlântico e vieram buscar as nossas. Em vez da pesca artesanal dos pescadores nordestinos, os europeus usavam redes de arrasto na captura.

Uma beleza...para eles.

Os primeiros barcos franceses chegaram em março de 1961, depois de obter autorização para realizar “pesquisas” em nosso litoral. Ao constatar que as embarcações estavam pescando lagostas em grande escala, a Marinha cancelou a licença.

Em novembro a França voltou à carga, desta vez pedindo

para atuar fora das águas territoriais brasileiras, na região da plataforma continental – faixa submersa até 200 metros de profundidade que pertence ao país, mas cujas águas são livres para exploração internacional. Autorização concedida, começaram os problemas.

Nada, anda ou pula?

Em janeiro de 1962, um pesqueiro francês chamado Casiopée foi flagrado capturando lagostas e apressado pela corveta brasileira Ipiranga. O incidente abriu uma curiosa discussão diplomática a respeito da natureza do animal em questão.

A Convenção de Genebra, assinada em 1958, assegurava que os recursos minerais, biológicos, animais ou vegetais da plataforma continental pertencem ao país costeiro. Com base nesse

tratado, o Brasil alegava que a lagosta era um recurso pertencente à plataforma, devido à sua natureza sedentária: para se deslocar caminhava, ou no máximo executava saltos. Em resumo, não nadava.

Em resposta, o governo francês argumentou o oposto: a lagosta pode ser considerada um peixe. Ao se mover pelas águas de um lado para o outro, ela certamente não estava andando, e portanto, não era um recurso da plataforma. O objetivo era deslocar o assunto para o campo da pesca em alto-mar, permitida pela Convenção.

Para derrubar a lógica francesa, o comandante Paulo de Castro Moreira da Silva (1919-1983), renomado oceanógrafo, defendeu o Brasil com uma pérola de ironia: “Ora, estamos diante de uma argumentação interessante: por analogia, se a lagosta é um peixe porque se desloca dando saltos, então o canguru é uma ave”.

“O Brasil não é um país sério”

A “Guerra da Lagosta” virou até marchinhas de Carnaval. Os versos consagrados de “Você pensa que cachaça é água?”, sucesso em 1953, foram adaptados nos salões para “Você pensa que lagosta é peixe?”.

Os jornais brasileiros ficaram alvoroçados em defesa da soberania nacional. Na opinião pública, a guerra estava declarada. “Navios franceses atacam no Nordeste jangadeiros que pescam lagosta”, estampou o Correio da Manhã. “Frota naval da França ronda costa do Brasil”, anunciou o Última Hora.

Os jornais franceses retrucavam com a lembrança de que a Armada e a Força Aérea eram bem superiores, lembrando de um detalhe: a França tinha tecnologia nuclear. Um bomba atômica e pronto.

Surgiu a frase “O Brasil não é um país sério” (“Le Brésil, ce n’est pas un pays sérieux”), erroneamente atribuída ao presidente Charles De Gaulle. Mas ele se envolveu diretamente na crise: por ordem sua, a França enviou contratorpedeiro Tartu para

proteger as embarcações francesas. O autor da frase teria sido o então embaixador brasileiro na França, Carlos Alves de Souza Filho.

Nenhum dos países dava o braço a torcer: os franceses continuavam pescando lagostas, e a Marinha brasileira apresava os barcos que conseguia pegar em flagrante. A carga era apreendida e os capitães tinham que assinar um termo se comprometendo a não mais voltar à costa brasileira. Mas muitos voltavam.

João Goulart imediatamente determinou uma resposta militar. O Conselho de Segurança Nacional foi convocado para discutir sobre a salvaguarda de nossa soberania sob ameaça militar estrangeira. Diversos navios foram enviados para o litoral de Pernambuco, enquanto os de Salvador entraram em prontidão rigorosa. Esquadrões de aeronaves foram deslocados para Natal e Recife. Se a briga chegasse em terra, o exército garantiria nossa defesa.

Nunca se explicou direito os motivos da confusão ter terminado, mas deve ter sido a turma do deixa disso. Os barcos pesqueiros, deixaram o litoral e nossas forças armadas voltaram aos quartéis.

Alguns historiadores argumentam que essa movimentação militar com a simpatia da opinião pública foi a preliminar do golpe do ano seguinte (1964), que derrubou o governo João Goulart. Em todo caso, hoje os franceses querem vender caças supersônicos Rafale para a FAB.

Enquanto isso o inocente crustáceo repleto de antenas e uma barriga suculenta - a causa da crise, continua andando e pulando no solo marítimo na versão brasileira, ou nadando, segundo os franceses.

A marcha da lagosta

Marchinhas de Carnaval se espalharam. A Marcha da Lagosta fez paródia ao hino francês: **“Larga esta lagosta / Deixa de areia / Senão vai dar coisa feia / Faço uma proposta pra você (por quoi?) / Faço um acordo de irmão / Traga uma francesa pra mim / E leve tudo, leve até o camarão”.**



Os superorgânicos de Uraí

Pequena cidade do norte paranaense destaca-se com produção de hortaliças orgânicas com grande qualidade e produtividade

Por * André Amorim / Fotografia Milton Dória



Adilson Mori: "Orgânico é viável. Se tiver visão de empresa, dá para produzir em escala"

Esqueça os legumes raquíticos e as frutas furadas de bicho. Esqueça as folhas murchas e os vegetais pigmeus. Hoje, a produção de alimentos orgânicos pode ser tão viçosa e tão fecunda quanto a de alimentos convencionais, porém, com uma diferença fundamental: são muito mais saudáveis.

A imagem que normalmente se faz deste tipo de alimentos muda radicalmente quando se visita a produção orgânica de Uraí. A cidade, com 11.472 habitantes a 55 Km de Londrina, abriga um grupo de 40 famílias que compõe um projeto de agricultura orgânica capitaneado pela Emater do município. Os produtos, certificados por institutos oficiais e produzidos de acordo com a legislação brasileira de orgânicos, estão obtendo bons resultados de produtividade e encontrando mercado para os seus produtos.

"O meu resultado é mais bonito do que o convencional,

os vizinhos vêm me perguntar o que estou usando", conta a produtora Sônia Gamba, que cultiva tomates orgânicos em sua propriedade. Quando iniciou essa produção, há quatro anos, ela conta que teve receio em apostar em uma cultura livre de agrotóxicos e de adubos químicos. "O pessoal usava uns 'venenão' e tinha dificuldade de produzir, como é que eu ia conseguir?", questionava-se.

Hoje ela produz semanalmente mil bandejas com tomates dos tipos grape, cereja e salada, que são colhidos até três vezes por semana. Apesar de possuir cinco hectares de terra, ela utiliza apenas duas estufas, com 1 mil m² cada, para produção. "Rende o que renderia em toda a propriedade", avalia. O segredo da beleza e do tamanho dos vegetais, segundo ela, está no manejo do solo, que utiliza quase somente adubos orgânicos, e na aplicação de caldas vegetais para evitar pragas e doenças.

Toda a produção de Sônia tem destino garantido, quase 100% é vendida à empresa Rio de Una, localizada em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, que também compra a produção orgânica dos outros produtores do município. Uma pequena parte ainda é vendida para o Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal, que abastece a merenda das escolas da rede pública.

Segundo a gerente de Desenvolvimento Agrícola da Rio de Una, Rosângela de Almeida, a produção de Uraí é uma exceção à regra. Normalmente a produção orgânica demanda mais atenção do comprador para organizar a produção e garantir a entrega. “Em 15 dias eu monto um grupo de hortaliça convencional, mas em seis meses eu não monto um grupo de orgânico”, afirma. A dificuldade, segundo ela, está no perfil da mão de obra. “Muitas vezes você tem que convencer o cara que ele pode fazer aquilo”, conta. “Outras vezes é aquele produtor que já não teve sucesso no convencional e decide se arriscar no orgânico”, observa.

A empresa compra a produção orgânica de 65 produtores distribuídos em Uraí, região metropolitana de Curitiba, interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Semanalmente são produzidas 180 toneladas de orgânicos que têm como principal destino grandes redes de supermercados. No segmento de vegetais convencionais o volume é muito maior, 600 toneladas por mês, que abastecem, entre outros clientes, redes de fast-food como o McDonald's.

Escolha saudável

Na avaliação da engenheira agrônoma da Emater, Ernestina Muraoka, coordenadora do projeto Orgânicos Uraí, o principal nicho de mercado para os produtos orgânicos são as hortaliças. “É onde estão os maiores níveis de contaminação por agrotóxicos dos convencionais”, explica. Consequentemente, são estes produtos que concentram as maiores demandas dos consumidores por vegetais menos nocivos à saúde. Sazonalmente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulga uma lista dos alimentos mais contaminados. Frutas e legumes estão sempre entre os campeões.

Foi uma intoxicação com agrotóxicos que levou o produtor Mário Shibukawa a migrar para a produção orgânica. Ele se contaminou nos anos 90, quando aplicava BHC no café. Depois desse episódio seu organismo ficou extremamente sensível a esses produtos. “Não podia nem sentir o cheiro, foi aí que eu mudei para os orgânicos”, conta.

No início, Shibukawa comercializava sua produção no mercado convencional, pois a demanda por alimentos orgânicos ainda era pequena. Nessa fase, ele conta que as técnicas de manejo ainda eram bastante experimentais, “Quando comecei, nós mesmos é que precisávamos fazer as experiências, com calda de alho, calda de fumo”, conta referindo-se às caldas vegetais fitoprotetoras utilizadas no manejo orgânico.



Intoxicação com agrotóxico fez Mario Shibukawa migrar para os orgânicos

Hoje ele cultiva diversos tipos de hortaliças orgânicas em uma área de cinco hectares, sendo a maior parte destinada à couve, que lhe rende 700 quilos da folha por semana. O destino da sua produção é a mesma dos tomates de Sônia, a empresa Rio de Una. Através dela, ele forneceu, entre junho e novembro de 2012, escarola frisê e chicória italiana para as saladas da rede McDonald's.

Mão de obra



Sônia toca praticamente sozinha sua produção de tomates

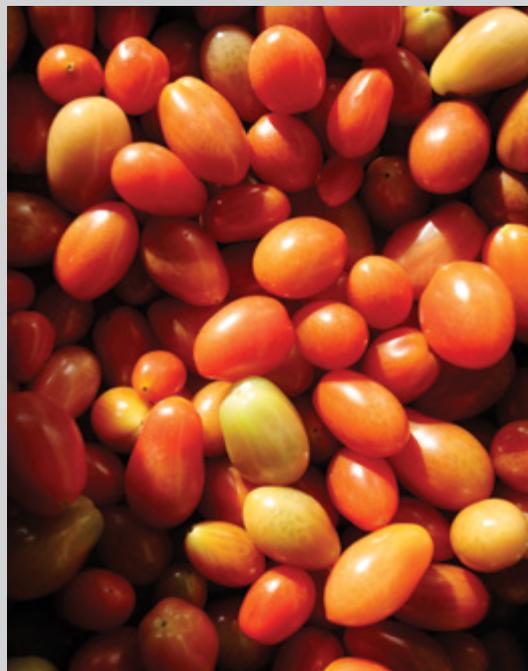
Shibukawa utiliza na sua produção dois trabalhadores que atuam no regime de parceria rural. Dentre o grupo de produtores de Uraí existem desde pequenas estruturas, como a da agricultora Sônia, que toca praticamente sozinha sua produção de tomates, até estruturas maiores como a de Eduardo Sassaki, que emprega 11 pessoas na industrialização de mandioca orgânica (veja o box).

De acordo com a engenheira agrônoma da Emater, o custo de produção dos alimentos orgânicos é praticamente o mesmo dos convencionais no que se refere aos insumos de produção. “O custo maior, em torno de 30% a 50% a mais, deve-se à mão de obra”, diz. Segundo ela, o fato do produto orgânico chegar às prateleiras dos supermercados com um preço às vezes 100% superior ao convencional deve-se a um desequilíbrio entre a oferta e a demanda dos orgânicos, que não são produzidos em grande escala.

Segundo o produtor Adilson Mori, que cultiva tomates em Uraí, além do manejo orgânico exigir mais cuidado, é difícil encontrar mão de obra qualificada para esta atividade. “Ninguém

mais quer trabalhar na roça”, lamenta. Para lhe ajudar na produção, Mori tem dois funcionários e costuma contratar um diarista na época de pico. Para aproveitar melhor essa mão de obra, ele concentra as colheitas em dois dias da semana.

A poucos quilômetros dali, a prima de Adilson, Keiko Mori, toca sua produção orgânica empregando quatro pessoas na produção de tomate, cebola, abobrinha e pimentão em quatro estufas de 1 mil m² cada. “Trabalhar com escala muito grande é complicado, pois envolve muitos detalhes”, avalia. Há 14 anos trabalhando com produtos orgânicos, ela observou algumas mudanças. “A técnica se manteve, mas o mercado melhorou muito”, diz.



O que são orgânicos?

Vegetais orgânicos são aqueles produzidos sem o uso de agrotóxicos e outros contaminantes químicos que façam mal à saúde. Para receberem esta denominação, eles devem ser certificados por uma auditoria conforme as normas de produção estabelecidas pela legislação brasileira de orgânicos.

Para que uma propriedade que cultiva vegetais da maneira convencional passe a produzir orgânicos, ela deve passar por um processo de conversão. A área de plantio deve ficar em repouso por no mínimo 12 meses, para que fique livre de todos os contaminantes presentes no solo. Nesse processo também devem ser erguidas barreiras de proteção para evitar a contaminação por derivas de áreas vizinhas.



Eduardo Sasaki processa até 800Kg de mandioca por dia

A fábrica de mandioca orgânica

Um dos casos mais bem sucedidos do grupo de produtores de orgânicos de Uraí é o de Eduardo Sasaki. Engenheiro eletricista, ele deixou o emprego em uma grande empresa de telefonia, em Curitiba, em 2007, para montar uma indústria de beneficiamento de mandioca no município onde nasceu.

Com uma equipe de 11 funcionários, ele processa até 800 kg de mandioca por dia das categorias paulistinha e Santa Catarina, cultivadas de forma orgânica na região. No barracão, as raízes passam por diversos equipamentos onde são lavadas, sanitizadas, secadas, cortadas e embaladas a vácuo, saindo já prontas para o consumo, com a etiqueta do comprador.

Sasaki paga entre R\$ 6,00 e R\$ 9,00 por caixa de 30

kg de mandioca colhida e vende o produto final a R\$ 2,00 o quilo, dividido entre mandioca cortada (pedaços grandes de 6,5cm a 7cm) e picadinho sauté, para sopa. Sua produção própria do vegetal abastece metade da demanda, o restante é adquirido com produtores orgânicos do município.

O objetivo no futuro é conquistar a autossuficiência de produção para escapar das variações de mercado. “A flutuação é complicada, aumenta o preço na Ceasa, o produtor aumenta o preço pra gente também”, diz. Hoje Sasaki planta 17 hectares de mandioca, para abastecer seu negócio o ano inteiro seriam necessários 36 hectares.

No que se refere ao manejo agrícola, o empresário reconhece que os produtos orgânicos exigem um pouco mais de cuidados, porém, dentro da fábrica essa diferença é nula.

Cursos orgânicos do SENAR-PR

O SENAR-PR oferece diversos cursos para quem tem interesse em trabalhar com agricultura orgânica. São seis opções: Cafeeiro (orgânico); Informações Básicas Sobre Agricultura Orgânica; Informações Básicas Sobre Agricultura Orgânica e Olericultura; Milho (orgânico); Olericultura Orgânica e Uva (orgânica).

No curso de Olericultura Orgânica, por exemplo, o aluno irá aprender a produzir hortaliças agroecológicas na propriedade rural de forma sustentável e lucrativa. O conteúdo do curso aborda desde a escolha da área, até a comercialização, passando pelo preparo do solo e pelo planejamento de produção.

Informações sobre os cursos, procure o sindicato rural mais próximo. Ou acesse o site:

<http://www.sistemafaep.org.br/SenarPR/cursos.aspx>

Com vocês a mortadela light

Pesquisadora da Esalq desenvolve um produto com menos gordura



Saborosa e barata, a mortadela é popular na mesa dos brasileiros. O tradicional embutido rico em gorduras ganhou uma nova variedade: um tipo light, com 66% menos de gordura. Trata-se da mortadela desenvolvida pela pesquisadora Fernanda Papa Spada, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP em Piracicaba (SP).

Com apenas 13% de gordura, o novo embutido é elaborado com carne bovina, suína, soro de leite, alginato (composto químico que forma uma goma) e goma guar (um tipo de fibra alimentar solúvel). Os mesmos ingredientes são utilizados na composição da conhecida e tradicional mortadela, mas a taxa de gordura é de 30%, limite máximo determinado pela legislação brasileira. “A gordura animal foi substituída pela gordura vegetal para reduzir o teor de ácidos graxos saturados, substâncias consideradas pouco

benéficas à saúde. O objetivo é oferecer um produto popular e barato que respeite a saúde do consumidor”, justifica.

A mortadela light é resultado de uma tese de mestrado que levou dois anos para ser concluída. Todas as pesquisas foram realizadas no laboratório de qualidade e processamento de carne da Esalq. “O desafio da indústria é atender a demanda de mercado, por isso desenvolvi um produto barato e saudável”, comenta.

Testes

Os testes sensoriais com o embutido foram realizados em duas etapas. A primeira envolveu 120 consumidores que não receberam nenhum treinamento específico para experimentar o produto. A segunda foi formada por três grupos com estudantes



No centro com a bandeja na mão a pesquisadora Fernanda Papa Spada

universitários, pessoas de meia-idade e idosos com mais de 60 anos. “Nessa fase, todos os participantes receberam treinamento específico para distinguir atributos que permitissem averiguar a intensidade e qualidade de seis preparações distintas. Inclusive, a mortadela com teor reduzido de gordura animal sem compostos vegetais, teve a melhor avaliação entre os provadores treinados”, diz a pesquisadora.

Segundo ela, a ideia é que a formulação do produto seja utilizada pelas indústrias. “Qualquer empresa pode usar a fórmula”, avisa.

A fabulosa mortadela



A mortadela surgiu em Bolonha, na Itália. No Brasil chegou por volta do século 20 e o sabor marcante caiu no gosto dos brasileiros. Hoje você encontra o embutido de vários tipos, de-

fumada, com azeitona, alho, pistache, pickles, entre outros. O consumo médio per capita no país é de 550 gramas ao ano. Os mais abonados costumam falar mal das mortadelas, embora a maioria consome o embutido escondido. Na verdade, ela agrada a todos os paladares. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) de 2011, mostram que o consumo, de acordo com a renda, é maior na faixa salarial per capita de R\$1.089,00, com uma média de 657 gramas ao ano. Acima desse valor, o consumo atinge 292 gramas por ano. E entre R\$ 296,00 e R\$ 571,00 a média é de 620 gramas ao ano. Se o assunto é valor calórico, uma fatia de 15 gramas tem 41 calorias enquanto uma de peito de peru contém 14 calorias, de acordo com a tabela de valores nutricionais da USP. Independente da quantidade de calorias, a mortadela vai bem de qualquer jeito. Pode ser pura, em bolinhos, tortas ou apenas acompanhada de um pão francês.

Carne de cavalo

Sabe aquela crença de que o cavalo velho vai para a fábrica de mortadela? Pois é, tem muita gente que acha que a mortadela é feita com a carne deste animal, mas dificilmente você comerá o pernil de um alazão sem saber. No Brasil, a tradicional mortadela é feita à base de carnes suína e bovina. Por ser um produto popular de preço acessível é normal imaginar que seja feito com animais “aposentados”. Por enquanto, não há nenhum registro de fabricação de mortadela equina por aqui, mas na Itália é possível comprar o produto em açougues especiais. Porém, a mortadela equina é vendida a preço de ouro, trata-se de uma fina iguaria.

O retrato da produção de tabaco



A cadeia produtiva do fumo no Brasil, na safra 2011/12, gerou uma receita de R\$ 4,6 bilhões, com uma produção de 745 mil toneladas, envolvendo 186 mil produtores rurais. A industrialização e exportação faturam R\$ 22,8 bilhões, desse total 10,4 bilhões, ou 45,9% ficam com o governo em forma de tributos e impostos, 27,5% fica com a indústria (6,2) e 6,1% com o setor varejista (1,3 bi).

As informações são da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), que aponta a região Sul como responsável por 97,4% da produção nacional e a região nordeste com apenas 2,5%. A produção paranaense equivale a 21% da nacional, com 30.455 produtores, que cultivam o fumo em 63.120 hectares. Na safra 2012/13 as lavouras paranaenses produziram 149.730 toneladas, com uma produtividade de 2.373 quilos por hectare. E o setor responde por 121 mil empregos entre diretos e indiretos.

A concentração de fumicultores paranaenses está na região Centro-Sul composta por 12 municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares, Ipiranga e Ivaí concentram a maior área cultivada (22,6% da área total e 21,3% da produção total do estado). Segundo estudo do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), a população dessa região é de 218.163 habitantes, dos quais 44.008 pessoas (20,1%) vivem abaixo da linha da pobreza. Metade dessa população reside no meio rural (43%) e tem 50% da renda familiar dependente da produção de tabaco.

Lembrança cubana

O dia 28 de outubro foi escolhido para homenagear o fumicultor, porque foi nessa data em 1492, que Cristovão Colombo descobriu Cuba. Até então o fumo era totalmente desconhecido na Europa medieval, enquanto que na América já era hábito entre os nativos.

Cursos do SENAR-PR

O SENAR-PR contribui para a formação e qualificação da mão de obra do produtor e do trabalhador rural. Na área da fumicultura mantém parceria com a empresa Souza Cruz. Nessa parceria é oferecido o curso Sol Rural voltado para segurança, organização e limpeza da propriedade rural e outro na área de solos. Confira a relação completa:

Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvopastoris - De olho na qualidade | Empreendedor Rural | Gestão rural - básico em gestão | Inclusão digital - avançado 24h | Inclusão digital - básico 16 h | Inclusão digital - integral - 40 h | Sol Rural
Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - costal - manual - NR 31 | **Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola)** - tratorista polivalente - básico (tratorista | **Trabalhador no Cultivo de Fumo** - Manejo conservacionista de solo | **Trabalhador em Reflorestamento (matas homogêneas)** - Cultivo de pinus.

O controle do greening



Ele tem um nome estranho, mas é um inseto que transmite a bactéria que causa a mais temida doença dos pomares de laranja. Trata-se do psilídeo (*D. citri*) que provoca o greening (ou HLB – nome da chamada (*Candidatus Liberibacter americanus*) espécie

identificada pela primeira vez em Araraquara (SP), em 2004.

De 14 a 19 deste mês ocorrerá nas áreas produtoras o manejo integrado do psilídeo. Assim, o controle do inseto será feito ao mesmo tempo e de forma organizada. Para controlar o greening o produtor deve adquirir mudas sadias, produzidas em viveiros protegidos, que seguem a legislação fitossanitária. Em seguida, eliminar as plantas doentes assim que apresentarem os primeiros sintomas. Por último, realizar o controle químico do vetor com a aplicação de inseticidas. Essa é a estratégia indispensável para evitar o alastramento da doença, segundo explica a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), ligada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab).

Segundo a Adapar, na região noroeste do Paraná o índice de infestação de greening é de 2%, mas em pomares do norte do Estado esse percentual chega a 4% e, no Brasil, a média é de 7%. Como não há tratamento para o greening, árvores que apresentam sintomas da doença são erradicadas.

Para a eficiência do controle do vetor, assim como o da doença, é necessário a união de todos os produtores e a adoção de ações conjuntas, simultâneas e regionais, utilizando-se das técnicas adequadas, no tempo correto.

Legislação

FAEP alerta sobre “lei do vaqueiro”

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, alertou as demais 26 Federações da Agricultura do país e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), sobre a aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei nº. 83/11, no último dia 25 de setembro de 2013. A nova lei transformou a atividade dos vaqueiros em profissão. Meneguette ponderou que essa nova lei traz novas responsabilidades financeiras aos produtores rurais, principalmente aos produtores de leite e criação de gado de corte.

“Essa legislação distingue o trabalho do vaqueiro, ou daquele que cuida dos animais e o diferencia do trabalhador rural comum. Creio ser oportuno que nos mobilizemos no sentido de pedir à presidente da República o veto dessa lei em sua totalidade”,

diz Meneguette.

A nova lei exigirá que as contratações sejam específicas para a modalidade, não permitindo que esses trabalhadores exerçam outras atividades na propriedade rural, o que acontece atualmente. Da mesma forma, abre a possibilidade para que nas futuras negociações de acordos e convenções coletivas, a nova profissão seja tratada como categoria específica, abrindo previsão para a ramificação da atividade profissional nas propriedades rurais, como é o caso por exemplo, do tratorista.

Outra exigência prevista e inadmissível, apontada é de que o vaqueiro terá “obrigatoriamente” direito a seguro de vida e de acidentes.

Cadê o Seguro de milho safrinha e trigo

FAEP pede medidas ainda para outubro



No Paraná, o período é de compra de insumos e contratos com os agentes e produtores para o pré-custeio do milho da segunda safra. Mas cadê o seguro agrícola? Essa safra de milho é plantada entre janeiro e abril e não há ainda regras claras e definidas no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), para essa cultura e para o trigo. Esses produtores necessitam de seguro agrícola, pois não têm perfil ou limite para contratar o Proagro. O trinômio feijão, trigo e o milho é o líder na produção nacional e tem significativa importância econômica e social para o Paraná.

Até a safra passada, as culturas de trigo, milho da segunda safra e feijão tinham subvenção de 70% do valor do prêmio. Com o Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014 foram divulgadas novas regras. Para algumas atividades, incluso o feijão, conforme parâmetros determinados no Programa, a subvenção é de 40% ou de 60% do valor do prêmio. Porém, a política para o trigo e milho da segunda safra não foi definida claramente naquele momento.

Vale ressaltar que essas culturas apresentam alto risco

climático, significando que as seguradoras precificam esse risco no prêmio cobrado dos produtores. É comum o seguro agrícola para essas culturas chegar de 10% até 15% ou mais de prêmio bruto, ou seja, alíquotas inviáveis para o produtor arcar sem o apoio do governo. Para agravar a situação, em 2013 o Paraná teve perdas severas no trigo com as chuvas e geadas, que devem encarecer ainda mais o seguro agrícola.

Essa exposição foi encaminhada em documento pelo presidente da FAEP, Ágide Meneguette, ao secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller; ao diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural, Vicente Diniz e ao coordenador geral de Zoneamento Agropecuário, Gustavo Bracale, em Brasília.

Ágide solicita a manutenção das regras anteriores de subvenção de 70% do valor do prêmio para o milho da segunda safra e para o trigo, priorizando a divulgação dessa medida ainda em outubro “a tempo de atender os produtores que estão contratando o pré-custeio nos agentes financeiros”.

Uvas: Soluções para Financiamentos

FAEP pede ao Banco do Brasil renegociação de investimentos



Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a produção de uvas está concentrada, principalmente, em propriedades menores que cinco hectares e o Paraná é o quarto maior produtor nacional. Em alguns municípios a viticultura tem importância significativa no Valor Bruto de Produção (VBP) pelo fato de ser opção de cultivo e diversificação.

Em Marialva, por exemplo, principal município produtor, a atividade respondeu por 38% do VBP em 2011, envolvendo 900 famílias com relevante importância no comércio e na geração de empregos locais, segundo dados da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab).

Na safra 2013/14, a produção de uva foi afetada por más condições climáticas com a ocorrência de geadas que irão comprometer significativamente a produção atual e futura. A Seab estima que em Marialva, 50% da área terá uma redução na produtividade de 56% e pelo menos 25% da área não terá produção

em 2014. Em outras palavras, 75% da área será prejudicada. Os produtores não terão renda suficiente para liquidar as operações de crédito rural e necessitarão de crédito na próxima safra para manter a atividade.

Diante desse panorama, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, solicitou ao vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Osmar Dias, que conhece bem a viticultura e seus problemas, as seguintes medidas:

- a renegociação das operações de crédito rural de custeio, conforme a capacidade de pagamento dos produtores;
- que as parcelas de investimentos vincendas em 2014 e 2015 sejam prorrogadas para um ano após o final do contrato, sem prejuízo ao acesso de novos créditos;
- e que os produtores afetados pela geada tenham acesso a linhas de investimento para renovar as parreiras.

O mais caro do mundo

Brasil tem a maior tarifa de chamadas pelo celular



A União Internacional de Telecomunicações, em seu informe anual, constatou que o Brasil tem a tarifa de chamadas de celular mais cara do mundo em termos absolutos contando tarifas de telefonia fixa e internet, o Brasil também não tem um bom desempenho, pois entre 161 países avaliados, o Brasil ocupa apenas a 93ª posição.

Em média, um minuto no celular em horário de pico custaria US\$ 0,71 em chamadas pelo mesmo operador. A taxa sobe para US\$ 0,74 por minuto em caso de chamadas entre operadores diferentes. Para fazer a comparação, a UIT usou a taxa média praticada em São Paulo.

O custo é três vezes o que um americano paga para falar ao celular o mesmo que em Portugal, de onde vem uma parte importante dos investidores. Na Espanha, sede da Telefônica, um cidadão paga cinco vezes menos pelo celular que no Brasil.

Em Hong Kong, um minuto no celular custa US\$ 0,01 fora do horário de pico, 70 vezes menos que no Brasil. Em comparação ao poder aquisitivo, o Brasil seria o quarto mais caro do mundo, superado apenas pela Bulgária, Malawi e Nicarágua.

No que se refere ao custo de banda larga, a situação é bastante melhor. Apenas 54 países tem taxas mais baratas que o Brasil. Nas Américas, o Brasil tem a terceira taxa mais baixa da região.

De uma forma geral, o país está distante das economias com os menores custos de telecomunicações. Numa cesta de preços incluindo toda a forma de comunicação, o Brasil aparece apenas na 93ª posição, superado por Índia, Colômbia e Peru. Em termos de telefonia fixa, o País ocupa a modesta posição de número 112 entre os mais caros.

Entre os celulares, levando em conta a renda e o PIB per capita, o Brasil é o 117º lugar, sem qualquer redução no preço entre 2011 e 2012.

O resultado é que, em termos gerais, o Brasil é apenas o 62º colocado no ranking dos países mais preparados para usar as tecnologias de informação no mundo, abaixo do Azerbaijão, Croácia, Arábia Saudita, Chile ou Líbano. O ranking é liderado por Coreia, Suécia e Islândia.

Avanço – Apesar dos custos, um número cada vez maior de brasileiros tem acesso a celulares e internet. Segundo a UIT, o Brasil atingiu em 2012 pela primeira vez a marca de ter metade da população usando a web. É pequeno, porém, o uso de banda larga, passando apenas de 8,6% para 9,2% entre 2011 e 2012, distante da média de 27% nos países ricos.

Os celulares, apesar do custo elevado, já ultrapassaram o número de brasileiros. Em média, existem 125 celulares por cem brasileiros, contra 119 em 2011.

Uma safra de 195 milhões de toneladas

A produção brasileira de grãos para a safra 2013/2014 está estimada entre 191,9 e 195,5 milhões de toneladas, com uma representação percentual que varia de 2,6 a 4,5% acima da última safra, quando foram colhidas 187,09 milhões de toneladas. O resultado é do primeiro levantamento e intenção de plantio dos produtores, apurado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado no último dia 9.

Nesse primeiro estudo, os produtos com maior destaque foram a

soja e o milho, que cresceram tanto em área como em produção, graças ao bom comportamento dos cultivos e aos preços dos grãos no mercado internacional. A produção de soja situa-se entre 87,6 e 89,7 milhões de toneladas e a área, entre 28,6 e 29,3 milhões de hectares. Já o milho (total), tem produção estimada entre 78,4 e 79,6 milhões de toneladas e área de 15,3 a 15,6 milhões de hectares.

A área plantada da safra deve passar dos 54,1 milhões de hectares, podendo chegar a 55,1 milhões, o que representa um incremento entre 1,6 a 3,5% em relação à área anterior, que chegou a 53,34 milhões de hectares.

Fonte: Conab



Produtores contribuem com Patrulha Rural

Os produtores rurais de Ubitatã, através do Sindicato Rural, contribuíram com o Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) do município, para a compra de uma viatura para compor a Patrulha Rural. A entrega das chaves aconteceu no último dia 26 de setembro na Associação dos Funcionários da Cooperativa Integrada. De acordo com o sindicato, muitos produtores rurais integram o Conseg.

As chaves da viatura, que dará suporte ao trabalho, foram entregues ao cabo da Polícia Militar Benedito José dos Santos, que estará no comando da patrulha, pelo produtor rural e presidente do Conseg, Valdenir Alves Souza.

“Continuamos a mobilizar os produtores rurais para juntos realizarmos ações que garantam mais qualidade de vida aos nossos agricultores”, comentou o presidente do Sindicato de Ubitatã, Domingos Sankithi Watanabe.



Falecimento

No último dia 03/10 faleceu, aos 71 anos, o presidente do Sindicato Rural de Foz do Iguaçu, Pedro Jacob Lakus. Esta era a sua terceira gestão como presidente do sindicato. Com postura firme, ele sempre atuou junto ao sindicato rural pelos direitos da categoria. Natural de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul ele adotou o Paraná como seu lugar de trabalho, mas nunca esqueceu sua origem. Nesse sentido fundou o Centro de Tradições Gaúchas Charrua há 30 anos. O produtor rural deixa a esposa Nelci e dois filhos.

SERTANÓPOLIS



Armazenista

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou o curso de Armazenista no período de 1º a 5 de julho. Participaram do curso um grupo de 10 trabalhadores rurais com o instrutor Ramon Ponce Martins.

CORONEL VIDUA



Clima

Uma palestra técnica no dia 20 de setembro com o meteorologista e agrônomo Ronaldo Coutinho, para produtores rurais, foi promovida pelo Sindicato Rural de Coronel Vivida. Ele abordou as perspectivas do comportamento do clima, a fim de auxiliar os agricultores quanto ao planejamento das safras. O especialista mostrou também possíveis cenários do clima para os próximos anos e décadas. O ingresso para o evento foi um quilo de alimento não perecível. Compareceram 350 pessoas. Os alimentos arrecadados foram doados à população, que foi duramente atingida pelas chuvas fortes que ocorreram na região.

JAPURÁ



Posse

No dia 02 de agosto foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Japurá. Foram eleitos: Luiz Carlos Frigo como presidente; Antonio Polizel, vice-presidente; Geraldo Roberto Bortolato e Irineu Trevizan, secretários; João Baptista Molena e Darci Bortolato, tesoureiros. O diretor secretário da FAEP, Livaldo Gemin, participou da cerimônia de posse.

ROLÂNDIA



Posse

Com a presença do diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Rolândia. O evento aconteceu no dia 11 de setembro. Foram eleitos: Irineu Sella, presidente; Daniel Alfredo Rosenthal, vice-presidente; Manoel Francisco Campiolo e Maria Antônia Dietz, secretários; Pedro Panhan da Silva e Nikolaus Schauff, tesoureiros.

RIO AZUL



Inclusão Digital

O Sindicato Rural de Rio Azul realizou o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - Inclusão Digital - integral - 40 h para duas turmas – uma no período da tarde e outra à noite. As aulas aconteceram de 09 a 20 de setembro e cada turma teve a participação de 14 produtores rurais. A instrutora dos grupos foi Daniele Suchodolak.

BANDEIRANTES



Casa em ordem

O Sindicato Rural de Bandeirantes ofereceu aos alunos da Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp) e do Colégio Agrícola Fernando Costa de Santa Mariana a palestra Casa em Ordem. O evento aconteceu no dia 11 de setembro e contou com a participação de 160 estudantes e produtores rurais. A palestra foi apresentada pelo consultor Dalton Rasera.

CAMPINA DA LAGOA



Olericultura

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou nos dias 11 e 12 de setembro o curso Trabalhador na Olericultura Básica - informações gerais. Contou com a presença de 14 produtores rurais e a instrutora do curso foi Tatiane Zeniqueli Martins. As aulas práticas aconteceram no Colégio Estadual Alberto Santos Dumont.

MARINGÁ



Forragicultura/ culinária básica

Em parceria com a Sociedade Rural de Maringá, o Sindicato Rural de Maringá realizou no período de 25 a 27 de setembro o curso de Trabalhador na Forragicultura - estabelecimento, recuperação e reforma de pastagem. Participaram 12 produtores rurais com o instrutor Claudiécio Pietro. E nos dias 25 e 26 de setembro o curso de Produção Artesanal de Alimentos - Culinária Básica com a participação de 13 produtoras com a instrutora Celeste de Oliveira Melo.

Percepção

- Tô correndo atrás do prejuízo, mas parece que ele é Queniano.
- Malandro é o Canguru que já nasce com o Bolsa Família.
- Dizem que todo mundo merece uma segunda chance. Acho que eu já ficaria satisfeito se me dessem a primeira.
- É muito triste quando se é rico, bonito e sensual e aí vem o despertador e acaba com tudo.
 - Quer ganhar milhões de seguidores? Cutuque uma colmeia de abelhas e saia correndo.



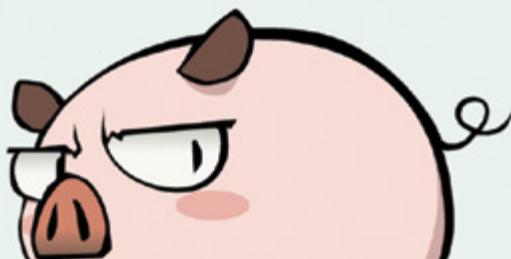
Não e não!

- Mãe, posso usar sutiã? - Não.
- Por favor mãe. - Não.
- Mas eu já tenho 15 anos mãe.
- Já disse que não Estefano André.



“Agora é que a porca torce o rabo”

É uma expressão usada para designar uma situação de extrema dificuldade, geralmente, um momento de tomar uma decisão importante. A porca entrou nessa porque no passado pegava-se o bicho pela cauda. Ele reagia, torcendo o traseiro de um lado para o outro. Se o homem resistisse e não largasse a cauda, após várias voltas, o porco acabava indo para o lugar que queria.



No frio

Os esquimós vivem no Ártico, uma das regiões mais frias da Terra. As teorias afirmam que seu assentamento nas regiões mais frias do planeta se deve à expulsão dos índios americanos (há 12.000 anos), quando chegaram ao Alaska. **São polígamos** - casam-se com mais de uma mulher na medida em que possuem mais riquezas, consideram as crianças reencarnações de seus antepassados. Os homens medem, em média, 1,60m e as mulheres 10 centímetros a menos. As roupas dos esquimós são feitas com pele de foca, com a pelagem voltada para dentro e forradas com pele de urso ou de raposas, que as mulheres mascam com seus dentes e curtem com urina. Estas roupas são costuradas com os tendões dos animais.



Cheques

O cheque teria sido inventado pelos romanos, aproximadamente em 352 a.C. Como sabemos ele evoluiu. Hoje há o cheque voador (não aterrissa na conta); o frio (sem fundos); o quente (com fundos); o borrachudo (bate e volta); o atleta (solta e sai correndo para cobrir); o bailarino (quem apresenta, dança); o boemia (aquí me tens de regresso); e o cheque boi (o gerente do banco examina e diz: “hummmmmmm”) e outros.

Mundo digital

A quantidade de computadores em uso no Brasil, em maio deste ano, chega a 118 milhões - três para cada cinco habitantes. Em 1988, o Brasil tinha 1 milhão de computadores, número que em 2000 chegou a 10 milhões e quintuplicou em 2008. A projeção para daqui a três anos é que o país tenha um computador por habitante, com cerca de 200 milhões de unidades.



As capitais mais limpas do país:

1- Curitiba | 2 - Goiânia | 3 - São Paulo
4 - Rio de Janeiro | 5 - Belém | 6 - Fortaleza
7- Salvador | E Tóquio, no Japão, é a cidade com as ruas e praças mais limpas e conservadas do mundo. Por lá, lixo é um problema de todos os cidadãos, responsáveis por separar em casa os resíduos para reciclagem, que abrange mais de 10 categorias.



Anthrax

Armas biológicas são agentes vivos patogênicos (vírus, fungos, bactérias, etc) e estão na mídia devido à guerra civil na Síria. São utilizadas para atingir e contaminar um grande número de pessoas. A arma biológica de maior potencial conhecida é o anthrax, uma doença causada pela bactéria *Bacillus anthracis*. Típica de regiões agrícolas da Ásia, África e América Latina, a transmissão da doença se dá quando esporos da bactéria penetram algum ferimento cutâneo, ou quando os mesmos são inalados ou ingeridos. Na pele, que corresponde a 95% dos casos, a doença se manifesta como uma infecção com pus, semelhante ao furúnculo, formando posteriormente uma mancha-negra.



Temperamental

A “hipopótama” Charlene deu à luz um filhote de aproximadamente 40 quilos no zoo de Curitiba . Charlene é classificada pela equipe de veterinários como “temperamental”. O adjetivo faz jus à fêmea, que matou seus dois primeiros filhotes. Por isso, para proteção da recém-nascida, ela está abrigada na área de manejo do Zoo, ao lado de sua mãe, e, por enquanto, não pode ser vista pelos visitantes. A expectativa é de que, daqui a um ano, a filhote alcance o peso aproximado de 250 quilos. Hipopótamos são considerados o terceiro maior mamífero terrestre do planeta. Infelizmente, no último dia 10 de outubro, o zoológico de Curitiba informou que o filhote não sobreviveu.



Mercado aberto

Estima-se que o mercado mundial de suplementos de ervas deve chegar a US\$ 107 bilhões em 2017 (aproximadamente R\$ 215 bilhões). Em 2011, as receitas chegaram a US\$ 5,3 bilhões (aproximadamente R\$ 10,6 bilhões) somente nos Estados Unidos. No Brasil, as cifras são mais modestas: a Associação Brasileira de Empresas de Fitoterápicos estima um mercado interno de R\$ 700 milhões a R\$ 1 bilhão. De acordo com os registros da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, há um total de 421 fármacos fitoterápicos no mercado brasileiro. Desses, apenas dez foram produzidos a partir de plantas nativas do país, sendo que 420 não foram desenvolvidos aqui.

CUIDADO! OS CHATOS ESTÃO AUMENTANDO

Não sei se vocês perceberam aí nas proximidades, mas o IEC tem crescido desproporcionalmente no território nacional. Nesse Brasil onde não faltam siglas, o IEC é o Índice de Expansão dos Chatos.

Os cidadãos e cidadãs malas têm a característica de não se sentirem malas, consideram-se extremamente simpáticos (as) e exploram a boa educação de nós viventes, que nos constrangemos em caracterizá-los e espantá-los de perto.

Estará exatamente aí o nervo ciático (um chato) da questão, que auxilia o crescimento desmesurado do IEC. Esse tema mereceu uma obra do escritor Guilherme Figueiredo, irmão do ex-presidente João Baptista Figueiredo, quarto presidente militar do país, que muitos consideravam um grosso, mas chato, não. Até porque há diferença entre o sujeito grosso e um mala. Guilherme lançou a obra na década de 60 com grande sucesso, porque tentou dar explicações pseudo-científicas a esse crescente exército.

Especialistas apontaram essas dez características da chatice nacional. Uma espécie de DNA dos malas nacionais. Se você se identifica com alguma delas, muito cuidado. Você também é um mala.

- 1 - Aparece na casa dos outros sem avisar.
- 2 - Fala cutucando.
- 3 - Tem sempre uma lição de moral para dar sobre todas as coisas.
- 4 - É chegado num palavrório e adora convencer os outros.
- 5 - Tem mania de pedir qualquer coisa que vê: copo d'água, bala, dinheiro, salgadinho e até gota de colírio.
- 6 - Está sempre muito mais feliz ou muito mais indignado que todas as pessoas ao seu redor.
- 7 - Fala demais da sua própria vida e dos seus próprios méritos, incansavelmente.
- 8 - Tem sempre uma opinião desanimadora sobre o fato que estava animando alguém pra caramba.
- 9 - Usa frases de efeito e chavões como: "eu já sabia!", "eu bem que avisei", "se tivesse me ouvido..."
- 10 - Não se considera um chato, mas possuidor de identidade diferenciada toda vez que exerce sua chatices.

Você mudou?

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br